PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Comitê Nacional de Cibersegurança

Ata da 11ª Reunião Ordinária (RO-003-26)

Em 16 de setembro de 2026, das 14h30 às 16h45, reuniu-se no Palácio do Planalto, 4º Andar, Sala 97, o Pleno do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber) para sua Décima Primeira Reunião Ordinária (RO-003-26).

1. PROCEDIMENTOS

1.1 Verificação do Quórum

A Presidência do CNCiber abriu a RO-003-26 do CNCiber.

Em atendimento ao disposto no Decreto 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que instituiu o CNCiber, procedeu-se, em primeira chamada, a verificação do quórum para a reunião. Constatou-se a presença de titulares e/ou suplentes de 18 das 25 instituições que compõem o CNCiber, cumprindo a disposição do Decreto 11.856 quanto ao quórum para reuniões do CNCiber. Posteriormente juntaram-se à reunião as representações de 2 outras instituições, totalizando 20 representações presentes. Também presentes estavam as representações do TCU e da ABIN, instituições convidadas.

1.2 Aprovação da Ata da RO-002-26

Procedeu-se, em seguida, à aprovação da ata da RO-002-26.

A referida ata fora aprovada *ad referendum* pela Presidência do CNCiber após o envio da minuta aos membros e decorrido o prazo de manifestações, sem que nenhuma tenha sido feita.

A Presidência, então, solicitou aos membros que confirmassem a referenda feita com relação à ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

1.3 Aprovação da Pauta da RO-003-26

Procedeu-se, então, à aprovação da pauta previamente enviada aos participantes.

Por solicitação da representação da FIESP, foi inserido o item 10.

Por solicitação da representação do TCU, órgão convidado, foi inserido o item 11.

Por solicitação da representação do MRE, foi inserido o item 12.

Assim, a pauta ficou como segue.

1. *Verificação do quórum.*
2. *Aprovação da ata da RO-002-26.*
3. *Aprovação da pauta da RO-003-26.*
4. *Informe sobre o Marco Legal da Cibersegurança em tramitação no Senado.*
5. *Informe sobre as anuências para publicação do P-Ciber.*
6. *Deliberação sobre a conclusão dos trabalhos do GTT P-Ciber-Antipersonificação e encerramento do GTT.*
7. *Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cibereducação-Estratégias2.*
8. *Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cimbra.*
9. *Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Indicadores.*

10. *Deliberação sobre proposta de evento de divulgação das ações do CNCiber em 2026.*
11. *Informes do TCU, convidado do CNCiber, sobre auditorias de TI.*
12. *Informes do MRE sobre a coordenação de ações internacionais dos membros do CNCiber em temas de cibersegurança.*

A pauta foi aprovada por unanimidade.

1.4 Informe sobre o Marco Legal da Cibersegurança em tramitação no Senado.

A Presidência do CNCiber informou ao pleno que:

a) O Marco Legal da Cibersegurança em discussão no Senado está na CCT, com relator designado, para deliberação em caráter terminativo. Significa dizer que após aprovação nessa Comissão o PL será considerado aprovado pelo Senado e irá para a Câmara dos Deputados para deliberação como casa revisora. Caso sofra alterações na Câmara retornará ao Senado para nova aprovação.
b) Após a deliberação deste CNCiber pela publicação dos anteprojetos elaborados pelo GTT Governança e pelo GTT Lei Geral, o GSI solicitou autorização à SRI para entrega de cópias das referidas minutas a Senadores integrantes da Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética (FrenCyber).
c) Devidamente autorizados pela SRI o GSI entregou cópias da minuta a 4 Senadores, que então determinaram à SE-FrenCyber que interagisse com a SE-CNCiber para verificar a possível integração dos 2 textos em um eventual substitutivo a ser apresentado pelo Senador Relator e apreciado pela FrenCyber e pelos Senadores que integram a CCT.
d) Após a Audiência Pública realizada no dia 30/06/26, pela CCT/Senado, na qual a quase totalidade dos participantes defendeu a necessidade de integração dos textos do Senado e do CNCiber, o GSI foi procurado por representantes de algumas instituições que queriam tirar dúvidas e apresentar sugestões de alteração do texto proposto pelo CNCiber.
e) Ouvidos os representantes das instituições, a SE-CNCiber entabulou conversações com a Frente Parlamentar para discutir possíveis pequenos ajustes em 5 pontos do texto.
f) Ouviu-se da equipe do Senado que a votação do Marco Legal/Lei Geral deverá ocorrer logo após as eleições.

1.5 Informe sobre as anuências para Publicação do P-Ciber.

A Presidência do CNCiber informou ao pleno que:

a) Conforme determina o Decreto 12.573 (E-Ciber) o P-Ciber somente poderá ser publicado após anuência das 13 instituições de governos aqui representadas.
b) Em 27/04/26 foi enviado a essas instituições o OFÍCIO CIRCULAR Nº 3/2026/GAB/SE/GSI/PR.
c) No presente momento falta apenas a anuência da Casa Civil.
d) Em reunião ocorrida no GSI em 21/08/26, a Casa Civil solicitou alguns ajustes no P-Ciber. Na maior parte dos casos, alterações de termos e na forma de apresentação dos prazos.
e) Também foi solicitada a supressão da Casa Civil como responsável por algumas IEs.
f) Sugeriu ainda a supressão de algumas ações de órgãos não-governamentais, mormente consideradas de menor representatividade no contexto nacional. A SE-CNCiber conversou com as instituições representadas e essas anuíram com a retirada das correspondentes IEs.
g) Tão logo seja finalizada a revisão solicitada pela Casa Civil no texto do P-Ciber, será encaminhada àquele órgão no sentido de se obter a anuência faltante e, após o defeso eleitoral, proceder à publicação do P-Ciber.

1.6 Deliberação sobre a conclusão dos trabalhos do GTT Antipersonificação e encerramento do GTT.

A Presidência informou que o referido GTT foi instituído na RO-003-25, por meio da Resolução CNCiber 18, com a finalidade de elaborar propostas de iniciativas estratégicas, a serem incorporadas ao P-Ciber, com vistas a reduzir a incidência de fraudes decorrentes de personificação de sites governamentais federais.

Convidou então os coordenadores do GTT, Sr. Marcelo Malagutti (GSI) e Sr. Stenio (MJSP), a apresentarem o relatório dos trabalhos do GTT, previamente encaminhado a todos os membros e convidados pela SE-CNCiber. A representação do MJSP informou que, por motivo de saúde, o Sr. Stenio não se encontrava presente.

O representante do GSI na coordenação do GTT fez uma explanação dos trabalhos realizados. Informou que:

a) O GTT reuniu-se por dois meses para estudar a temática.
b) Foram abordadas 3 dimensões do problema:
    1. Risco reputacional e institucional para o Estado: a personificação de entidades governamentais na internet tende a produzir desconfiança nas comunicações oficiais e pode levar ao abandono ou à subutilização de serviços públicos digitais.
    2. Prejuízo financeiro direto aos cidadãos: estimativas mencionadas no relatório do TCU da ordem de R$ 100 bilhões.
    3. Impactos sociais indiretos
        i. Insegurança digital
        ii. Subnotificação de ocorrências
        iii. Sobrecarga de canais institucionais
        iv. Ampliação da vulnerabilidade de grupos mais expostos
c) Foram estudadas ações distribuídas em 4 eixos:
    1. Inteligência situacional e taxonomia das fraudes de personificação governamental;
    2. Prevenção social, comunicação de risco e ciber-higiene;
    3. Infraestrutura de confiança, resposta operacional e governança de evidências; e
    4. Interrupção econômica das fraudes: rastreamento, bloqueio e recuperação de valores.
d) Seguindo a lógica do P-Ciber, as Iniciativas Estratégicas propostas foram vinculadas às Ações Estratégicas da E-Ciber.
a) A síntese das 16 propostas formuladas pelo GTT, bem como de sua vinculação aos Eixos Temáticos da E-Ciber, pode ser entendida a partir da Figura 1.

Aprovado o relatório e encerrado o GTT, a Presidência solicitou à SE-CNCiber a inclusão da 16 Iniciativas Estratégicas ao P-Ciber. Solicitou, então ao Pleno que deliberasse sobre a necessidade de nova rodada de anuências ao P-Ciber em decorrência dessas novas medidas. Por unanimidade entendeu-se desnecessária essa nova solicitação de anuências.

Informou-se que o P-Ciber, acrescido das 16 medidas, será encaminhado à Casa Civil.

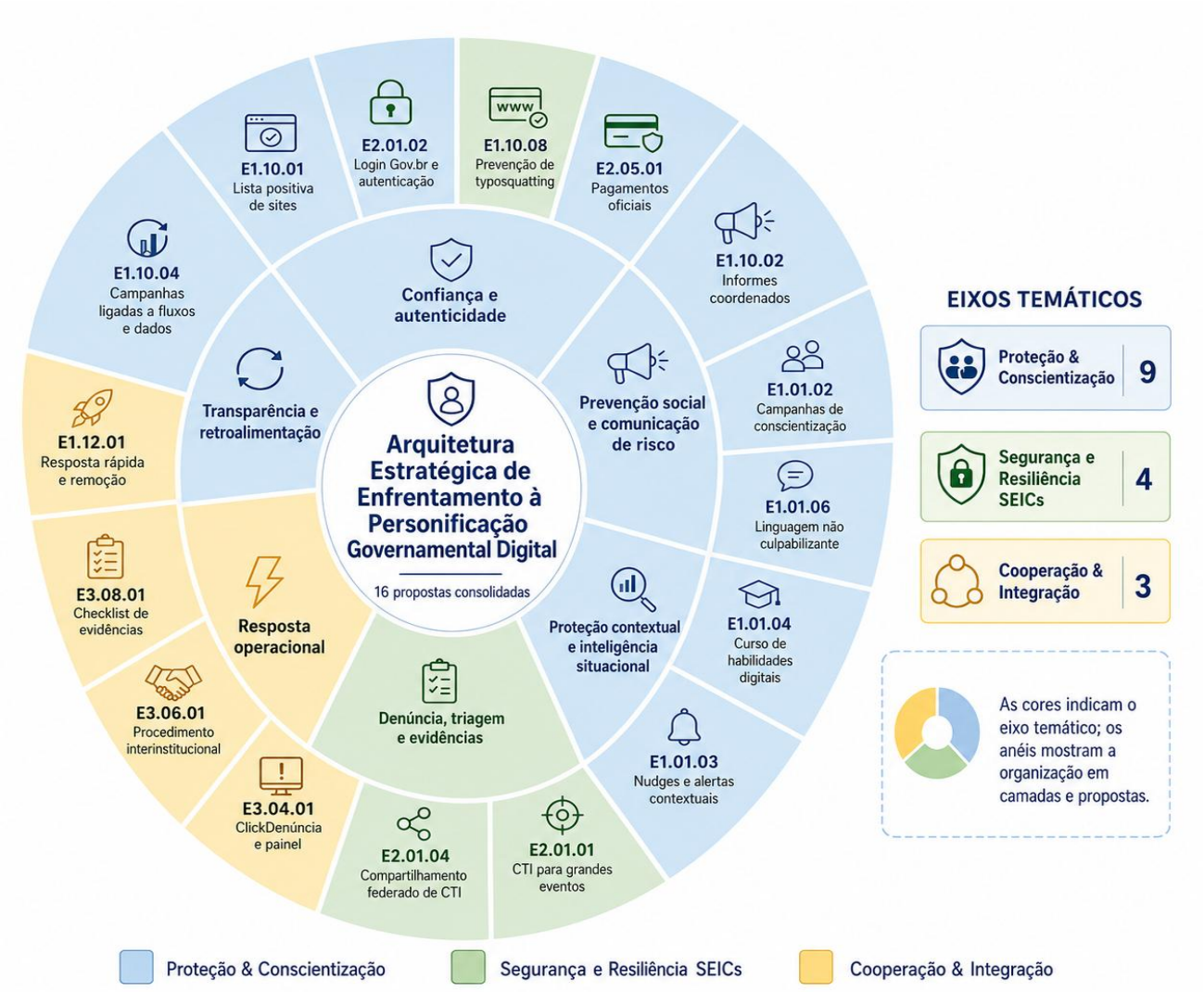


Figura 1 – Síntese das propostas do GTT Antipersonificação

1.7 Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cibereducação-Estratégias2

A Presidência solicitou à representação da ANATEL, que coordena o GTT, que apresentasse o informe. Esta, por sua vez, pediu à Sra. Vanessa Cravo, representante da ANATEL no GTT, que o fizesse.

Após breve histórico dos GTTs nesse tema, a Sra. Vanessa informou que:

a) Sendo Cibereducação um tema permanente, e dada a restrição regimental de existência de um GTT permanente, esse GTT, já em sua terceira edição, deverá ter várias edições posteriores.
b) O GTT já obteve autorização da Presidência para uso do tempo adicional de 2 meses de duração previsto na Resolução que o criou.
c) Além do público juvenil originalmente, previsto o GTT busca contemplar também idosos e mulheres.
d) O GTT tem buscado de forma assertiva parceiros que possam agregar recursos, a exemplo da SECOM/PR, que se mostra bastante engajada, bem como a ANPD. Outras instituições, como as Organizações Globo, também mostram interesse em contribuir.
e) O GTT busca não só apresentar estratégias, mas diante da falta de recursos, busca alternativas para apresentar resultados práticos. Exemplificando, diante da carência de materiais para o público feminino, contatou instituições que possam elaborar esses materiais.

f) O GTT busca disponibilizar a lista de materiais disponíveis por meio da página do CNCiber, tão logo se encerre o defeso eleitoral.
g) Busca contato com a EBC, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Ministério das Mulheres para avançar na divulgação de materiais.
h) O GTT em tela tem ações muito integradas à temática do GTT Antipersonificação.

A SE-CNCiber informou que a pedido da Coordenação do GTT um dos membros externos que atuava no GTT foi excluído do GTT e dos grupos de comunicação, dada a sua não participação reiterada, mesmo depois de comunicada quanto à ausência continuada dos trabalhos.

1.8 Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Cimbra.

A Presidência solicitou ao Sr. Marcelo Malagutti, que coordena o GTT, que apresentasse o informe.

Foi informado que:

a) No âmbito do Teste Alfa do CIMBRA-I, considerado o objetivo inicial de participação de 15 instituições, foram convidadas 18, das quais 14 responderam ter interesse e 10 efetivamente enviaram contribuições: BB, BNB, BNDES, CPQD, Embraer, FGV, IFCE, Petrobras, Poupex e Serpro.
b) Como esperado, houve manifestações divergentes. Em alguns casos, reclamou-se do grande número de itens a serem respondidos. Em outros casos, houve solicitação de inclusão de até 4 novos Eixos no modelo, bem como de diversos Processos e Ações.
c) Houve reiteradas manifestações quanto à utilidade do modelo e à importância da granularidade das informações para um maior detalhamento da maturidade institucional em cada tema.
d) Não obstante, observou-se o registro de dificuldades no mapeamento, nas instituições, dos respondentes, posto que os Eixos podem dizer respeito a diferentes setores ou áreas das instituições. Uma das dificuldades seria justamente o mapeamento dos respondentes de acordo com os procedimentos internos das instituições.
e) Houve diferentes propostas, com a intenção de facilitar este mapeamento, de se criar “máscaras” ou “trilhas” de preenchimento. Observou-se que o GTT já discutira bastante esta questão, entendendo que não seria viável a criação de trilhas que se adequassem as inúmeras estruturas organizacionais possíveis nas mais diversas instituições para além das divisões já implementadas em termos de Eixo, Processos e Ações.
f) Houve ao menos um caso em que claramente o modelo fora preenchido com a ótica de um modelo de conformidade, ao invés de um modelo de maturidade, que é a proposta. Isso levaria o GTT a reforçar a distinção no manual do CIMBRA.
g) Uma das instituições apresentou uma proposta consistente de simplificação do processo de avaliação, que pode reduzir consideravelmente o esforço de preenchimento, a qual está em análise pelo GTT. Fundamentalmente, a proposta poderia reduzir de 16 para 4 as respostas para cada Ação. Isso, no entanto, reduziria a granularidade das informações apresentadas.

Seguiu-se uma breve discussão sobre a possibilidade de uma categorização, ou selo, das instituições com base em sua maturidade em cibersegurança, trazida pela representação da Anatel, com o objetivo de estimular as instituições a adotarem o modelo. A discussão teve considerações e exemplos trazidos pelo MDIC, Conexis-Brasscom, FIESP e GSI. Entendeu-se que, após a implementação do CIMBRA, esse assunto poderá ser melhor encaminhado.

1.9 Informe sobre o andamento dos trabalhos do GTT Indicadores.

A Presidência solicitou à representação da FIESP, que coordena o GTT em conjunto com o GSI, que fizesse o informe do andamento dos trabalhos.

Foi informado que:

a) Uma das dificuldades de conhecimento da real situação da cibersegurança no País é que informações sobre ciberincidentes são coletadas e divulgadas por diferentes organizações, setores e autoridades, com conceitos, classificações e critérios de medição distintos.
b) Essa fragmentação dificulta a comparação dos dados, a identificação de tendências e a avaliação da dimensão real dos incidentes e de seus impactos no Brasil.
c) Em função disso, os objetivos do GTT são:
    1. Estudo e proposição de taxonomia, parâmetros e recomendações de utilização, pelo CNCiber, de indicadores relativos à incidência e aos impactos de ciberincidentes.
    2. Construção de uma taxonomia nacional mínima busca estabelecer uma linguagem comum para classificar os incidentes, seus vetores, ativos afetados, impactos, severidade, custos e perdas.
    3. Com base nesse referencial, definir indicadores mínimos e prioritários, capazes de apoiar o acompanhamento da evolução dos ciberincidentes, a identificação dos setores e riscos mais relevantes e a avaliação de seus impactos operacionais, sociais e econômicos.
d) Foram identificadas cerca de 40 pesquisas amplamente utilizadas em diferentes contextos, que serviram de referência para os trabalhos do GTT.
e) O GTT oficiou diversas instituições relevantes solicitando que respondam a um questionário, de forma a identificar critérios utilizados por elas para a análise das pesquisas que fundamentam sua formulação de políticas de cibersegurança.
f) O GTT deve finalizar seu relatório até o dia 18/12/26, possivelmente antes.

A representação do MDIC observou que indicadores confiáveis são muito necessários, pelo que reiterou a necessidade de que órgãos como o CETIC.Br (NIC.Br/CGI.Br) possam fornecer uma estatística oficial para o CNCiber. As representações da FIESP e do GSI apoiaram a ideia e se dispuseram a conversar com esse órgão sobre os trabalhos do GTT e a necessidade desses dados. A representação da ASSESPRO observou a incoerência metodológica de diversas pesquisas. A representação do MD observou a importância de um esforço na implementação de ISACs como forma de obtenção de dados primários que forneçam uma melhor consciência situacional.

1.10 Deliberação sobre proposta de evento de divulgação das ações do CNCiber em 2026.

A Presidência solicitou à representação da FIESP, autora da proposta, que a apresentasse ao Plenário.

A referida representação, então, explicou que:

a) O CNCiber realizou entregas importantes, como a E-Ciber e outras, e tem GTTs em andamento com novas entregas importantes.
b) Essas entregas nem sempre são percebidas pela sociedade.
c) Após as eleições, seria interessante realizar um evento para a apresentação dessas entregas, com painéis que explicassem para a sociedade o que faz o CNCiber.

A representação da FGV observou entender que esse tipo de comunicação deveria ser feito com maior regularidade, até como forma de transparência sobre os trabalhos do CNCiber.

A representação do CNCiber observou que em 25-26 de novembro o GSI realizará o 3º Seminário anual Brasil Ciberseguro, sendo possível a realização de um evento lateral como o proposto pela representação da FIESP. Opcionalmente, poder-se-ia realizar tal evento em data próxima à da RO-004-26, a ser realizada em 16/12/26.

A representação da Anatel comentou que aquela instituição publica um anuário. Colocou à disposição

o auditório principal da Anatel para a realização desse evento.

Similarmente, a representação do IASP colocou à disposição o auditório da Universidade Mackenzie em São Paulo.

A proposta de realização do evento foi aprovada por unanimidade.

1.11 Informes do TCU, convidado do CNCiber, sobre auditorias de TI.

A Presidência solicitou à representação do TCU, que solicitara o uso do direito a voz assegurado aos convidados do CNCiber, que fizesse o informe.

A representação do TCU informou que:

a) O controle externo da temática, no TCU, tem 6 auditores para fiscalizar cerca de 400 instituições.
b) Ao longo dos anos identificaram que muitos órgãos tinham uma "cibersegurança de papel" onde havia conformidade com normas, mas sem implementações práticas efetivas.
c) Quando o GSI realizou audiência pública em junho de 2023 o TCU acreditou que o problema seria bem encaminhado.
d) Não obstante o tempo decorrido, o CNCiber se mostra um comitê bastante ativo e engajado.
e) O TCU pretende utilizar a E-Ciber e o P-Ciber, este em vias de ser publicado, como elemento para orientar as futuras auditorias.
f) O TCU elabora a Lista de Alto Risco (LAR) que desde 2022 inclui a cibersegurança.
g) Assim, solicitava ao CNCiber a disponibilização do material gerado pelos GTTs correspondentes para fundamentar o planejamento dos trabalhos de auditoria vindouros, de forma a maximizar a perspectiva de orientação dos trabalhos das instituições auditadas.
h) O TCU abriu um espaço público para opinião sobre o que é importante ser auditado ou avaliado. Nesse contexto, o público que integra o CNCiber constitui público qualificado para opinar sobre a temática.
i) Assim, em breve será enviado ofício do TCU solicitando esse apoio para orientar as auditorias.

1.12 Informes do MRE sobre a coordenação de ações internacionais dos membros do CNCiber em temas de cibersegurança.

A Presidência solicitou à representação do MRE que fizesse o informe.

A representação do MRE informou que:

a) O mecanismo de coordenação da atuação internacional do CNCiber foi previsto na Resolução CNCiber 12.
b) Demorou para ser efetivado em decorrência da limitação de recursos humanos do MRE, que o coordena.
c) A primeira reunião fora realizada recentemente, com a participação de todas as instituições de Estado que o integram.
d) Nessa reunião foram apresentadas as principais iniciativas internacionais das quais o Brasil participa, com enfoque naquelas com representação governamental: ONU, Mercosul, OEA, BRICS, OCDE, UIT, entre outras.
e) De particular relevância, e potencial interesse de outros membros do CNCiber, o MRE sugeria atenção aos grupos temáticos dedicados do Mecanismo Global da ONU Sobre TICs, os quais terão suas primeiras reuniões de 7 a 11 de dezembro, em modo híbrido, apenas em língua inglesa.
f) Um dos temas propostos é a proteção de infraestruturas críticas contra ciberataques, sob a ótica de ameaças, de comportamento responsável dos Estados, do direito internacional, e de medidas de proteção.

g) Um segundo grupo tratará da construção de capacidades no enfrentamento dessa questão.
h) Esses grupos têm o objetivo de realizar discussões técnicas, com enfoques práticos, a partir das quais possam ser emanadas recomendações de medidas concretas para os Estados-membros.
i) Isso permitirá a participação mais ampla de entidades não governamentais.
j) O MRE vai encaminhar, por meio da SE-CNCiber, orientação quanto à forma de participação.
k) O encaminhamento de nomes interessados em participar dos painéis, limitado ao dia 16/10/26, não assegura a aceitação para participação, mas o Brasil geralmente tem certo grau de sucesso nessa indicação.
l) O mecanismo de coordenação internacional do CNCiber reunir-se-á mensalmente, por videoconferência, com a próxima reunião prevista para 30/10/26.

A SE-CNCiber observou que a Resolução CNCiber 12 prevê a participação de 1 representante de cada setor da sociedade presente no CNCiber, e que assim as instituições interessadas podem se candidatar para participar do mecanismo.

A representação da ASSESPRO perguntou sobre a viabilidade de participação como "ouvinte" do Mecanismo da ONU. A representação do MRE respondeu que é possível o credenciamento para participação, sem a indicação de peritos.

2. ENCERRAMENTO

Nas considerações finais, a representação do MD apresentou um convite para o Exercício Guardião Cibernético, que em sua oitava edição seria realizado em 7 capitais, com mais de 1.500 participantes, o dobro do público da última edição. Mais de 380 instituições de 31 setores, 51 instituições acadêmicas, 22 órgãos parceiros e 23 nações amigas estariam envolvidos.

A Presidência observou que a RO-004-26 está programada para o dia 16/12/26.

Não havendo mais temas a tratar, a RO-003-26 foi declarada encerrada pela Presidência.

3. ANEXOS

Anexei a essa ata:

1. Relatório do GTT P-Ciber-Antipersonificação aprovado pelo CNCiber.

MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI

Secretário-Executivo do CNCiber